

Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

COMPEN: Presidente da FIERN e do COMPEN/CNI: **Amaro Sales de Araújo.** | Presidente da COMPEN/FIERN: **Heyder de Almeida Dantas.**

Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Corporativo e Secretário Executivo das Comissões Temáticas da FIERN – (84) 3204-6220 - ernanibandeira@fiern.org.br.

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Agenda do Sistema FIERN

29/09/2017 – Natal/RN –

Roadshow Investimento e Desenvolvimento do Nordeste

ATORES: ASSOC. NORDESTE FORTE, FIERN, SUDENE, BNB, BNDES, APEX-BRASIL E CNI.

Local: Auditório Joaquim Victor de Holanda, 7º andar da Casa da Indústria. Horário: a partir das 08h30.

Compras Governamentais

Editais Publicados. Links:

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Portal SEBRAE – Licitações abertas – RN e BR](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Parnamirim/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

Interesse M P E

Novas regras trabalhistas podem reduzir custos da empresa em mais de 60%

As novas regras trabalhistas que entram em vigor em meados de novembro vão permitir às empresas reduzir, em alguns casos, em mais de 60% os gastos com esse item, conforme estimativa do escritório de advocacia Benício. A possibilidade de adoção do teletrabalho e da extinção do pagamento de horas extras são algumas das alterações que devem gerar mais corte de gastos nas empresas. O cálculo dos advogados parte de determinadas premissas. Considera um funcionário que tenha trabalhado durante 16 meses em uma empresa, mediante salário de R\$ 3.500, realização de 30 horas extras por mês, vale transporte de R\$ 312,80, vale refeição de R\$ 414 e 20 horas por mês "in itinere" (despendidas pelo trabalhador no trajeto entre casa e trabalho). A estimativa comparou valores de tributos incidentes antes e depois da reforma e outros custos para o contratante, como por exemplo com multa relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), gasto com férias acrescido do pagamento de um terço do montante e 13º salário. Considerando a flexibilização de bonificação, que passará a não integrar o salário do trabalhador, chega-se a uma redução porcentual de 12,82% no custo de contratação, com menos tributos incidentes. A adoção de teletrabalho - hipótese em que fica excluída a obrigação de pagamento de vale transporte, vale refeição e horas extras - vai gerar uma queda de 38,9%. Haverá ainda redução de custos em função da não utilização da estrutura da empresa, o que não foi mensurado no exemplo. As empresas terão também gastos menores de horas "in itinere", que são as horas despendidas pelo trabalhador no trajeto entre casa e trabalho, nas hipóteses em que o empregador está em local de difícil acesso ou não servido por transporte público. O pagamento pelo empregador deixa de ser obrigatório, explica o advogado Marcos Lemos, do Benício Advogados. "Companhias que se encontram nesta situação se beneficiarão da nova disposição legal", explica. A redução neste caso é de 18,6%. Já com a eliminação do pagamento de horas extras, a diminuição estimada no exercício é de 29%. "A lei permite a adoção de banco de horas diretamente com o trabalhador, sem intervenção do sindicato. Se bem administrado pela empresa, alternando períodos de alta demanda com a concessão de folgas na baixa, há efetiva possibilidade de eliminação dos custos com horas extras", explica Lemos. Levando em conta apenas essas quatro mudanças, chega-se a uma redução porcentual total de 64,27%.

Mas pode-se acrescentar a esse resultado a diminuição dos gastos com dispensa, de 22,19%, caso seja realizada por mútuo acordo. Nesse caso, serão devidas as seguintes verbas trabalhistas pela metade: aviso prévio, se indenizado, e indenização sobre o FGTS.

Fonte: [Portal Contábeis](#).

Receita vai notificar micro e pequenas empresas com débitos previdenciários

A Receita Federal vai notificar na terça-feira (12.09.2017) 556.138 micro e pequenas empresas devedoras de R\$ 22,7 bilhões em débitos previdenciários e outras dívidas. Segundo o órgão, serão disponibilizados, no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), os Atos Declaratórios Executivos (ADE), que notificarão os optantes pelo Simples Nacional de seus débitos previdenciários e não previdenciários, com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A Receita alerta que "as microempresas e empresas de pequeno porte devem ter atenção para não serem excluídas de ofício do regime tributário simplificado e diferenciado favorecido pelo Simples Nacional por motivo de inadimplência". A contar da data da ciência do ADE de exclusão, o contribuinte terá um prazo de 30 dias para a regularização da totalidade dos débitos à vista, em parcelas, ou por compensação. O teor do ADE de exclusão pode ser acessado pelo Portal do Simples Nacional ou pelo Atendimento Virtual (e-CAC), no sítio da Receita Federal, mediante certificado digital ou código de acesso. O prazo para consultar o ADE é 45 dias a partir de sua disponibilização no DTE-SN, e a ciência por esta plataforma será considerada pessoal para todos os efeitos legais, informou a Receita. A pessoa jurídica que não regularizar a totalidade de seus débitos no prazo de 30 dias contados da ciência será excluída do Simples Nacional, com efeitos a partir no dia 1º de janeiro de 2018.

Fonte: [Portal EBC – Agência Brasil](#).

Indicadores Econômicos

Atividade industrial aumenta em julho - Os resultados da pesquisa Indicadores Industriais são majoritariamente positivos em julho. Horas trabalhadas, faturamento, Utilização da Capacidade Instalada (UCI) e emprego cresceram no mês. Destaca-se que o emprego industrial registrou o terceiro mês consecutivo sem queda (após as revisões dos resultados de maio e junho). A massa salarial real e o rendimento real, no entanto, caíram em julho, interrompendo a sequência de resultados positivos. Desde o início de 2017 nota-se que o quadro de atividade da indústria segue caracterizado pela volatilidade, ou seja, os indicadores alternam variações mensais positivas e negativas. Esse desempenho mantém a atividade em patamar baixo, inferior ao registrado em 2016. O faturamento industrial recua 5% no acumulado no ano até julho, quando comparado a igual período de 2016; o emprego cai 3,7%; e as horas trabalhadas mostram queda de 3,3% na mesma base de comparação.

[CNI- Indicadores Industriais](#).

Interesse Geral da Indústria

Mercado financeiro aumenta projeção para o PIB e reduz para inflação

O mercado financeiro voltou a reduzir a projeção para a inflação e aumentar a estimativa para o crescimento da economia este ano. De acordo com o boletim Focus, uma publicação divulgada toda segunda-feira no site do Banco Central (BC), a expectativa para a expansão do PIB foi ajustada de 0,5% para 0,6% este ano, no terceiro aumento consecutivo. Para 2018, a estimativa de crescimento passou de 2% para 2,1%. A estimativa do mercado financeiro para a inflação, medida pelo IPCA, caiu de 3,38% para 3,14% este ano, na terceira redução seguida. Para 2018, a projeção do IPCA foi reduzida de 4,18% para 4,15%, no segundo ajuste consecutivo. As estimativas para os dois anos permanecem abaixo do centro da meta de 4,50%, que deve ser perseguida pelo BC. Essa meta tem ainda um intervalo de tolerância entre 3% e 6%. Para alcançar a meta, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 8,25% ao ano. Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação. Já quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. A expectativa do mercado financeiro para a Selic foi reduzida de 7,25% para 7% ao ano, no fim de 2017, e de 7,50% para 7,25% ao ano, ao final de 2018. [Portal EBC – Agência Brasil](#).

"[...] Vida de empreendedor não é fácil. Somos heróis da resistência! Todos sabem que é assim. Um ou outro pensa diferente, mas sem a luta do empreendedor o Brasil não caminha! Insisto o que tantas vezes já disse: a saída para o País é a produção. Se trabalharmos mais, consequentemente, novos empregos serão gerados e, assim, ampliaremos a riqueza circulante. [...]" Amaro Sales de Araújo

Amaro Sales preside reunião do COMPEM/CNI em Curitiba



A quarta reunião ordinária do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (COMPEM/CNI), presidido por Amaro Sales de Araújo, presidente do Sistema FIERN, foi realizada nesta segunda-feira, 28, excepcionalmente na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

Participaram da abertura, além do presidente Amaro Sales, o superintendente da FIEP, Reinaldo Vitor Tockus, o presidente da Conampe, secretário técnico do Fopeme, representando o secretário de Estado de Planejamento, Ercílio Santinoni, o diretor-superintendente do Sebrae, Vítor Roberto Tioqueta e o vice-presidente e coordenador do COMPEM/FIEP, Abílio de Oliveira Santana. O vice-presidente da FIERN, Pedro Terceiro de Melo, e o diretor Heyder Dantas, presidente do COMPEM/FIERN também estiveram presentes à reunião.



“Estamos passando por uma crise econômica sem tamanho, com inflação e uma taxa de juros muito alta. O que me preocupa é o exército de pessoas desempregadas, 14 milhões de pessoas desempregadas é sinal de que não há consumo. E os números das micro e pequenas indústrias mostram que podemos dar uma contribuição positiva, gerando mais empregos”, disse Amaro Sales.

Reinaldo Tockus ressaltou o papel das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda e defendeu a importância dos conselhos para entender as situações que impactam no ambiente de negócios e promover a competitividade.

O gerente de Economia, Fomento e Desenvolvimento da FIEP, Marcelo Antônio Percicotti, abriu a série de palestras e explicações realizadas durante o evento. Ele abordou o tema “O Paraná em Números”. Em seguida, o diretor de Operações do Sebrae/PR, Júlio Agostini, fez uma exposição sobre o “Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná – FOPEME e Comitês Territoriais do Sebrae/PR”. Yukiharu Hamada, da Secretaria da Fazenda estadual, falou sobre a “Regulamentação da Lei Complementar nº 155/2016 e implicações a partir de janeiro de 2018 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – 123/2016)”.

A reunião ainda contou com explicações de Marcos Borges, gerente executivo da Unidade de Assuntos Legislativos da CNI, sobre “Congresso Nacional – perspectivas, projetos de interesses da MPes e estratégia de Refis para as MPes”, e de Sylvania Lorena, gerente executiva da Unidade de Relações do Trabalho da CNI, que falou sobre “Reforma trabalhista: mudanças e impactos sobre as empresas”.

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).